



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO SEM REVISÃO

COMISSÃO DO ESPORTE			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 1778/17	DATA: 22/11/2017	
LOCAL: Plenário 12 das Comissões	INÍCIO: 15h40min	TÉRMINO: 17h01min	PÁGINAS: 31

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO
FERNANDA NUNES LEAL FERREIRA - Atleta Olímpica de Remo. LUDMILA REIS BRITO LOPES - Procuradora do Trabalho. LEONARDO RABELO DE MATOS SILVA - Doutor em Direito e Professor da Universidade Veiga de Almeida.

SUMÁRIO
Discussão sobre a desigualdade de condições e de oportunidades na profissionalização do esporte entre mulheres e homens.

OBSERVAÇÕES
NOTAS TAQUIGRÁFICAS, SEM REVISÃO, SOMENTE PARA CONSULTA.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ezequiel Teixeira) - Boa tarde a todos.

Esta reunião de audiência pública está sendo realizada em razão da aprovação do Requerimento nº 193, de 2017, de minha iniciativa, que visa debater a desigualdade de condições e de oportunidades na profissionalização do esporte entre mulheres e homens.

Convido para tomar lugar à mesa Fernanda Nunes Leal Ferreira, atleta olímpica de remo; Ludmila Reis Brito Lopes, Procuradora do Trabalho; Leonardo Rabelo de Matos Silva, Doutor em Direito e Professor da Universidade Veiga de Almeida.

Uma atleta olímpica de saltos ornamentais provavelmente participará desta audiência pública por *web* conferência. Ela está nos Estados Unidos e nós estamos tentando o contato com ela.

Informo que convidamos para participar desta audiência pública, e justificou a ausência, Adriana Brandão Behar, Gerente Geral de Planejamento e Relacionamento com as Confederações do Comitê Olímpico do Brasil, representante da Atletas pelo Brasil.

Informo também que foi convidada para participar, mas não confirmou a presença nem justificou a ausência, Dani Lins, medalhista olímpica de voleibol, representante do Ministério do Esporte.

Antes de passar à exposição dos nossos convidados, desejo informar as regras de condução dos trabalhos desta audiência pública.

O convidado deverá limitar-se ao tema em debate e disporá de 15 minutos para as suas preleções, não podendo ser aparteado.

Após as exposições, serão abertos os debates. Os Deputados interessados em interpelar os palestrantes deverão inscrever-se previamente e poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição pelo prazo de 3 minutos.

Será permitida a réplica de qualquer participante que seja citado durante os debates.

Comunico também que esta audiência pública está sendo transmitida pelo portal e-Democracia, com o *link* disponível na página da Comissão do Esporte, no portal da Câmara, possibilitando, assim, a participação popular no meio de perguntas dirigidas a esta Comissão. Todo o Brasil está vendo esta audiência pública.



Passo, então, a palavra à Sra. Fernanda Nunes Leal Ferreira, que terá 15 minutos para fazer a sua exposição.

**A SRA. FERNANDA NUNES LEAL FERREIRA** - Boa tarde.

Eu acho que posso falar bem desse assunto, assim como a Juliana Veloso, que foi convidada, e a Dani Lins. Se não me engano, eu acho que ela está no final da gestação, então, deve estar difícil para ela comparecer. Eu sou mãe também, sou Atleta Olímpica, sou mãe de um menino de 5 anos, então, eu acho que posso falar sobre o assunto devido ao que eu passei.

Eu acho que, no esporte, a diferença entre homens e mulheres já começa desde a categoria de base com a quantidade de oportunidades para mulheres e meninas vivenciarem o esporte. Então, muitas meninas em certa idade na adolescência abandonam o esporte, e a mulher já começa a lidar com o esporte muito mais do ponto de vista estético do que pelo estilo de vida. Então, eu acho que para a mulher se profissionalizar, para ela pensar em ser uma atleta profissional, já começamos com uma diferença na formação.

Em seguida, nós sabemos que existe uma diferença salarial no mercado de trabalho em geral, e, quando nós vamos para o esporte, essa a diferença salarial aumenta, se eu não me engano, em torno de 25%. Então, para a mulher se manter no esporte, a situação já é mais delicada.

Muitas vezes a mulher tem que trabalhar e fazer outras coisas, e nós sabemos que o esporte de alto rendimento exige horas e horas de dedicação. Lá fora, as pessoas se dedicam apenas ao esporte. Então, se você vai a uma Olimpíada, se você vai a um Pan-Americano, você já está numa situação desfavorecida.

Quanto ao que eu passei na maternidade, eu era vinculada a um clube quando eu engravidei e fatalmente a minha ajuda de custo foi cortada nesse período. Ainda assim, eu treinei até os 6 meses de gestação, quase 7. Eu pedalava, eu corria, eu fazia musculação, eu remei até quando a minha barriga conseguiu aguentar.

E, no meu retorno — na verdade, eu tive que continuar trabalhando, fazendo as minhas coisas —, eu tive uma promessa de pagarem uma babá, alguém para me auxiliar para eu voltar a treinar, e isso também não aconteceu. Então, foi tudo na base do meu improviso, do apoio da família, de amigos, enfim, para poder voltar.



Nós sabemos que há pouco tempo foi divulgada uma matéria no *Globo Esporte* com as atletas do vôlei — a Dani Lins estava envolvida nessa matéria — em que algumas tiveram o plano de saúde cortado durante a gravidez — a Juliana Veloso, se não me engano, também foi uma delas. Além disso, não renovaram o contrato, então, existe uma dificuldade.

E nós vemos outros casos em que atletas homens, citaram o caso de um atleta que foi pego no *dopping*, e ele não teve, por exemplo, o plano de saúde cortado, como ocorreu com uma mulher que engravidou. Então, nós vemos que há uma diferença de tratamento.

A maternidade também, muitas vezes, é tratada como se fosse o fim da carreira da mulher, enquanto há diversos exemplos de que as mulheres são até mais bem-sucedidas após a maternidade. Existem pesquisas em relação a isso, então, não é uma coisa de eu achar que ficam melhores. Eu acredito que nós ficamos muito mais objetivas com relação ao que queremos fazer, e o trabalho acaba rendendo mais.

Então, por exemplo, se eu deixasse o meu filho com alguém e fosse remar, eu estava 100% naquilo e 100% focada no meu objetivo enquanto atleta.

Além disso, uma questão que eu vivenciei neste ano, após a maternidade, foi a falta de flexibilização com os horários. No meu caso, trata-se de um esporte praticamente individual ou em conjunto; então, eu faço, boa parte do ano, de forma individual, ou seja, eu não atrapalho o horário de uma equipe. Em muitos casos, mesmo com um bebê recém-nascido, o treinador não me deixava treinar, sei lá, às 7 horas da manhã, ele queria às 6 horas da manhã, e, então, havia uma falta de flexibilidade nesse sentido.

Outra questão que eu vivenciei também foi que a minha entidade esportiva, por exemplo, tinha direito a bolsas de escolas, e isso poderia ter sido direcionado ao meu filho, que era algo que me proporcionaria horários de treino e tranquilidade para treinar, visto que o meu salário já não é um grande salário. E eu tenho reais dúvidas se, na instituição em que estou, se fosse um homem, um atleta olímpico, acredito que ele receberia mais do que eu, disso eu não tenho dúvidas.

Então, nesse caso, eu não estava pedindo exatamente salário em mãos, mas, sim, uma bolsa, que era algo que a instituição tinha convênio, e isso também foi negado.



Portanto, eu acho que existem muitos pontos a serem abordados. Em relação à maternidade, se formos pensar em profissionalização, nós estaremos pensando, em geral, em atletas mulheres mais velhas, que muitas vezes vão ter a experiência da maternidade, e, então, que condições nós poderíamos dar para essas mulheres continuarem dentro do esporte, que garantias podemos dar para que elas, de uma hora para outra, não fiquem sem emprego ou sem plano de saúde, como no caso da Juliana Veloso, que, no dia do parto, descobriu que não estava mais coberta pelo plano de saúde — um dia antes foi cortado. Então, como nós podemos garantir, nesse caso, que a mulher tenha a segurança para ser atleta.

Eu acho que era isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ezequiel Teixeira) - Obrigado pela exposição feita pela Sra. Fernanda Nunes Leal.

Nós estamos com uma certa dificuldade, porque a Câmara, neste momento, está em total atividade, na ordem do dia da Casa. Hoje, todos os Deputados estão votando, e está acontecendo votação nominal neste momento, mas nós permanecemos com a nossa audiência pública.

A nossa sessão deliberativa teve que ser cancelada, porque não podemos deliberar nada depois de aberta a ordem do dia no Plenário. Nós vamos ter uma certa dificuldade, em razão da votação que está acontecendo.

Muito obrigado, Fernanda Nunes Leal, pela exposição.

Agora, passo a palavra para a Sra. Ludmila Reis Brito Lopes.

Ela terá 15 minutos para fazer sua exposição.

**A SRA. LUDMILA REIS BRITO LOPES** - Boa tarde a todos e a todas. Boa tarde, Deputado Ezequiel Teixeira.

Muito obrigada pelo convite para participar.

Queria cumprimentar os meus companheiros de Mesa.

Eu gostaria de falar que essa temática da igualdade de gênero é uma temática muito cara para o Ministério Público do Trabalho.

O que a Fernanda estava falando na perspectiva do esporte e da atleta feminina é o que a gente vê, na verdade, no mercado de trabalho como um todo.

Ela trouxe aqui a informação de que as atletas recebem 25% a menos do que os homens numa mesma profissão, mas essa é uma realidade no mercado de trabalho



como um todo. E a lógica é sempre a mesma: parte-se do pressuposto de que aquele não é o local em que a mulher deveria estar. Então, é algo muito mais arraigado e que é oriundo de uma série de preconceitos, no sentido de que o homem tem a possibilidade de ser um atleta de *performance*, o homem pode ocupar os cargos políticos importantes, o homem pode ser um *CEO* numa empresa, o homem pode ser um procurador-geral, mas à mulher não são dadas essas oportunidades.

Então, eu posso dizer... Eu também sou mãe de dois adolescentes, fiz concurso público e tenho 19 anos de carreira no Ministério Público. Na verdade, eu entrei por concurso, mas nós vemos nas nossas próprias instituições — no Ministério Público, no Judiciário e em outras instituições — que não conseguimos ascender inclusive na política institucional. E justamente porque parte do pressuposto equivocado de que a mulher não deveria ocupar esse espaço. Dizem assim: “*Não, mas ela não pode porque ela tem que cuidar dos filhos*”. Sim, eu tenho que cuidar deles, mas o pai dos meus filhos também deveria ter essa mesma obrigação. Por que eu sou obrigada a sempre pegar todo esse papel, de maternidade, de cuidar dos filhos, de cuidar de casa, e não estar envolvida realmente nas diretrizes importantes, seja na política institucional, seja como atleta, seja no mercado de trabalho? Sabidamente, o que acontece hoje no País — e não só neste País, no caso do esporte — é que a gente que os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil não são observados, e justamente eles são de uma democracia livre, justa, solidária e com igualdade e oportunidade para todos. A igualdade não existe a não ser ali naquele dispositivo constitucional, porque a realidade é realmente muito triste.

Eu não sabia dessa questão do plano de saúde, mas, assim como vocês e outros atletas vivenciaram isso, uma série de trabalhadores neste País vivenciam isso diuturnamente.

Eu estava lendo uma reportagem — e nem lembro direito porque já faz um tempo — de algumas profissões que eram predominantemente feminina, tipo programação de computador nos Estados Unidos, milhões de anos atrás, cinquenta anos atrás... A partir do momento em que isso se tornou algo realmente importante, por conta do avanço tecnológico e os homens ingressaram... Quer dizer, os homens começaram a ganhar mais numa profissão que era nitidamente feminina. Isso diz



muito, realmente, da percepção de onde a sociedade espera que a mulher deva estar, e realmente ela espera que a mulher esteja num lugar muito pior do que os homens.

Então, no caso específico do esporte, a gente não vê política pública no sentido de formar as nossas atletas, sabendo que a gente precisa realmente de incentivo. E nas escolas, nas escolas públicas, você não vê que existe uma política direcionada, e isso é muito mais triste, porque a gente sabe que o esporte, além de ser um amplo mercado de trabalho, é um fomentador de redução de desigualdades sociais. Então, algo que deveria estar sendo tratado como uma política pública prioritária, mas prioritária de inclusão, de inclusão verdadeira, e com iguais direitos para homens e mulheres não é nem tratado nas políticas públicas, ou é tratado como uma política pública menor. Eu não tenho conhecimento dessas Bolsas Atleta. Eu até acredito que seja o mesmo valor. É o mesmo valor, mas, na verdade, não se incentiva que exista a profissionalização de mulheres nesse segmento. E aí, quando se profissionaliza e se incentiva pouco, você não tem patrocínio, você não tem espaço na televisão, você não tem destaque. Quer dizer, como é que você vai fazer com que essas atletas sejam realmente vencedoras e ocupem espaço, se não existe por trás todo um trabalho feito para poder igualar esses profissionais?

Então, eu acho que esse tema é muito importante neste momento em que a gente está precisando muito mais parar de ficar apenas no discurso, na retórica de que existe desigualdade dos salários, e partir realmente para ações afirmativas, ações políticas, fazer um trabalho importante e deixar para trás apenas o discurso. Deixo essa sugestão aqui porque acho que a gente já teve trabalho suficiente em termos de conscientização. Os dados estão aí para quem quiser vê-los.

Está na hora tanto de os Poderes constituídos quanto de a sociedade entenderem que o lugar da mulher é o mesmo que o lugar do homem. E trabalharem no sentido de se avançar não só no esporte, mas, realmente, também no mercado de trabalho, porque vemos que as mulheres até podem ingressar no mercado de trabalho, mas elas não têm ascensão. E acho que no esporte pode até acontecer de, por exemplo, uma Bolsa Atleta ser a mesma, mas não há espaço, nem se desenvolve uma política para abrir espaços para a mulher, realmente, mostrar o seu valor e contribuir, verdadeiramente, para um Estado Democrático de Direito.

Eu fico aqui à disposição para os debates.



Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ezequiel Teixeira) - Muito obrigado, Sra. Ludmila Reis Brito Lopes, Procuradora do Trabalho.

Nós já ouvimos também a Fernanda Nunes Leal, atleta olímpica do remo.

Vamos passar a ouvir agora o Sr. Leonardo Rabelo de Matos Silva, Professor da Universidade Veiga de Almeida.

**O SR. LEONARDO RABELO DE MATOS SILVA** - Muito obrigado, Presidente.

Agradeço a presença às componentes da Mesa.

Ressalto a importância deste espaço de discussão porque a velocidade das mudanças nas relações de trabalho das sociedades contemporâneas — 2017 foi um ano muito especial com relação a isso — exige ajustes para que princípios que se sobrepõem ao próprio direito jamais deixem de ser observados.

Eu acho que esse ponto toca na necessidade de ações afirmativas. É uma discussão muito recorrente a nossa dívida histórica com os afrodescendentes, nossa dívida histórica com os índios, mas nenhuma dívida histórica da sociedade brasileira e da sociedade mundial é superior à dívida histórica com as mulheres, que são responsáveis, para dizer o mínimo, pela perpetuação da humanidade. No entanto, elas só puderam votar no século passado. Até 30 anos atrás o marido poderia desfazer o contrato de trabalho da sua mulher. Então, a dívida histórica com as mulheres é enorme!

Eu vim aqui e me propus falar sobre o ponto que mais me chocou quando eu iniciei pesquisa sobre esse tema. O que é a diferença entre o profissional e o amador? O profissional é aquele que vive do seu ofício, e amador o faz porque gosta. Então, se eu ou o Deputado gostamos de jogar uma bola aos domingos, nós o fazemos por amor. Nós somos amadores. Profissional é aquele que vive do seu trabalho.

E aí eu acho que a discussão começa a esquentar quando a própria Lei Pelé estabelece que o único esporte profissional do Brasil é o futebol. Está escrito lá. Então, nenhum atleta do vôlei, nenhum atleta do basquete pode ser considerado um atleta profissional, por mais que viva disso, o que vai *a contrário sensu* do próprio conceito de profissional. Uma pessoa que se mantém com o seu trabalho, com o pagamento do seu trabalho não pode ser abrangida pela própria legislação porque, para todos os



efeitos, ela é amadora. Ela é amadora, ele é amador. E aí é que se iniciam os problemas.

A reportagem que deu início ao requerimento de realização desta audiência pública pegou alguns cases muito interessantes, como o da Tandara, jogadora de vôlei. Ela é amadora, tem um salário no valor de 1 salário mínimo registrado na carteira de trabalho, o que atende à exigência da lei, e tem um direito de imagem de sei lá quantas vezes isso. E quando ela engravidou, falaram: *“Olha só como nós somos benevolentes: vamos manter o seu salário”*. Ela falou: *“Ah, que bom”*. Disseram: *“O direito de imagem não, o seu salário da carteira”*. E foi assim com muita gente. E é assim com muita gente.

Eu acho que com a análise e a proposta de modificação da própria Lei Pelé, com a adaptação, ou talvez a supressão do trecho em que se estabelece que o único esporte profissional do Brasil é o futebol, essa situação já começa a melhorar. Primeiro, você já tira a dedução lógica de que todos os outros são amadores. Se os outros não são amadores, eles vão trabalhar dentro da lógica profissional, que é a realidade. O Legislativo tem que correr atrás dessas mudanças de velocidade galopante — aliás, galopante já foi —, ultrassônica da sociedade, tentando corrigir as realidades, para que a lei acompanhe as realidades. E não é fácil o trabalho do Legislativo.

Agora, esse é o tipo de coisa que, com a supressão de um ou dois artigos, você consegue atingir toda a massa de um país que acabou de sediar as Olimpíadas, que acabou de sediar a Copa do Mundo, que se pretendeu constituir como uma potência olímpica, e que ainda trata como amadores os atletas que vivem daquilo, não importa se com salário de 50 mil reais, com salário de 10 mil reais, com salário de 5 mil, com Bolsa Atleta, não importa! O que importa é a forma de viver deles! Se é a forma de viver deles, é o seu ofício, é o seu trabalho, não é outra coisa senão profissionalismo. O problema está na configuração de que toda atividade é amadora.

Isso sendo corrigido, toda a proteção legal se aplica às mulheres. Se a Fernanda tem a sua remuneração, e se ela vive disso, não faz outra coisa, ela não é atleta de manhã e, sei lá, “youtuber” à noite, a profissão dela é ser atleta. Se é isso que sustenta a vida dela, ela é profissional. E não tem sentido a previsão legal não considerar que ela seja profissional.



Então, a minha proposta e a minha discussão vão se calcar no fato de que o conceito de profissional é: todo aquele que se sustenta com seu trabalho. E se o atleta não puder ser considerado profissional, isso, além de ser uma distorção da realidade, é um passo para trás de um país que investiu muito dinheiro nos últimos anos se propondo a ser o foco dos esportes no mundo. A situação quase ininteligível, não há muita explicação de todo o compromisso e a vontade de ser uma potência olímpica de ser abandonada, porque não são feitos determinados ajustes, de sistema jurídico, que vão permitir ao Ministério Público, por exemplo, ir para cima dessas atividades com todo o respaldo.

Ela está falando de trabalho, não está mais falando de atividade semiprofissional ou amadora. Não há mais dúvida. A ideia é ajustar a realidade, porque, com todo o arcabouço protetivo legal caindo tanto sobre os homens como tanto sobre as mulheres, já começa a equilibrar o que já deveria estar equilibrado. Como não está, uma hora precisa ser equilibrado. O nivelamento começa por isso. O esporte profissional é todo aquele do qual o atleta sobrevive.

Eu vou dar um exemplo — pode não ser de bom gosto —, o esporte tão pouco desenvolvido no Brasil, como o badminton, não sei se pode ser considerado esporte profissional, porque não haveria patrocínio ou talvez haveria algo muito específico, poucas pessoas que participassem. Mas para os esportes olímpicos, os esportes de massa, os esportes com projeção nacional, não existe justificativa para que sejam tratados de categoria inferior ou de categoria amadora. Não estamos falando de meninos de categoria mirim, infantil, estamos falando de homens e mulheres que trabalham e vivem desse ofício, representam o Brasil, projetam o Brasil no exterior, mais do que, talvez, qualquer outra categoria.

Deputado, eu gostaria de encerrar minha exposição, fazendo essa observação, essa sugestão.

Agradeço o convite a V.Exa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ezequiel Teixeira) - Muito obrigado, Prof. Leonardo Rabelo de Matos Silva, pela excelente exposição.

Não sei se tivemos o contato com a atleta que está nos Estados Unidos.

Finalizadas as apresentações, vamos abrir espaço para os debates para aqueles que estiverem participando da nossa audiência pública, inclusive para o



peçoal pelo Portal e-Democracia, que pode fazer as suas perguntas. Nós estaremos à disposição para respondê-las na medida do possível.

Alguma pessoa deseja usar a palavra?

**O SR. CASSIO RODRIGUES BARREIROS** - Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ezequiel Teixeira) - Pois não.

**O SR. CASSIO RODRIGUES BARREIROS** - Sr. Presidente, eu gostaria de fazer duas perguntas, uma, para a Ludmila e uma para o Prof. Leonardo. Eu acho que também se aplica à Fernanda, nossa atleta.

Pergunto à Ludmila, que é Procuradora: que ações o Ministério Público do Trabalho vem adotando para conseguir aplicar a isonomia nessas relações de trabalho, em relação à diferença de gênero, notadamente no esporte? S.Sa. deu vários exemplos, até na carreira dentro do Ministério Público, pois tem dificuldades de ascender, em decorrência de uma política que não aceita muito a presença das mulheres.

Outra pergunta é para a Fernanda e para o Prof. Leonardo. A Fernanda falou da diferença de salários e da diferença das condições, eu acho que a diferença de salário está um pouco atrelada ao rendimento da atividade da prática esportiva. Nós temos o futebol profissional masculino movimentando a economia de uma forma muito intensa. Há atletas e profissionais de publicidade, como Neymar, Messi, Cristiano Ronaldo, que alavancam o esporte e tornam o futebol uma potência mundial. A despeito de haver isso no futebol masculino, às vezes, não há no feminino.

V.Sa. vê alguma ilegalidade na distorção do salário, considerando que o proveito econômico dos atletas profissionais masculinos, às vezes, acaba sendo maior em relação à mulher ou teria como compatibilizar isso, ou há essa distorção proporcional?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ezequiel Teixeira) - Anotem a pergunta e, ao final, os senhores poderão responder.

Pode fazer a terceira pergunta, se você tiver. Ou é a mesma?

**O SR. CÁSSIO RODRIGUES** - É a mesma pergunta, porque ela se aplica aos dois.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ezequiel Teixeira) - Alguém mais quer fazer alguma pergunta? (*Pausa.*)



Alguém mais quer usar a palavra? (*Pausa.*)

Vamos, então, ouvir a Procuradora Ludmila Reis Brito.

**A SRA. LUDMILA REIS BRITO LOPES** - Em relação ao Ministério Público do Trabalho, nós atuamos normalmente a partir de uma relação de emprego ou de trabalho. Então, tem que estar configurado o vínculo, ou algum tipo de trabalho, ou, então, até uma suposta fraude em relação a essa temática.

No caso específico do esporte, essa discriminação que existe em relação à questão da gestante, não havendo uma relação de trabalho ali configurada, nós não atuamos, porque, enfim, não seria a nossa atribuição *a priori*. Seria, se configurasse uma fraude.

O que o professor disse foi superimportante, porque a partir do momento em que partimos do pressuposto que há um contrato de trabalho, com todos os direitos dali decorrentes, isso atrai de imediato a atuação do Ministério Público do Trabalho.

Agora, eu gostaria de dizer que eu passei um tempo no Conselho Nacional, como auxiliar na Corregedoria, e agora eu voltei para o meu ofício, aqui na Procuradoria Regional do Trabalho no Distrito Federal, e eu comecei a fazer um projeto em que eu vou tratar justamente dessa questão de discriminação no mercado de trabalho do Distrito Federal. Na verdade, eu nesse trabalho só vou abordar a questão da discriminação indireta, em caso de ascensão funcional e remuneração, porque se verifica que normalmente acontece o ingresso das mulheres no setor econômico, mas elas não conseguem ascender ou mesmo há diferença de remuneração.

Quanto à questão do esporte especificamente, eu realmente não tenho projetos, porque o que acontece também no Ministério Público é que trabalhamos ainda de forma muito reativa. É justamente isso que eu quero mudar lá no meu ofício. Então, eu vou tocar cinco projetos, e um deles é de valorização do trabalho da mulher. Não é no campo do esporte especificamente; é no setor econômico aqui no Distrito Federal, em relação a empresas constituídas. Mas eu acho que isso pode ser um primeiro passo para evoluir nessa questão.

Essa alteração legislativa de que o professor falou, é superimportante. Eu acho que é premente, mas, além disso, que tem que ser dado espaço para as mulheres, porque ainda que ocorra alteração legislativa, vai ocorrer a mesma coisa que acontece



no caso dos contratos de trabalho de homens e mulheres: a discriminação. Contrata-se com salário menor, ou não contrata, ou não dá o espaço. Então, ainda que exista uma lei que trate da profissionalização e que realmente se cumpra o que efetivamente ela dispõe, porque obviamente um atleta que vive daqui daquele esporte ele é profissional — não podemos considera-lo como amador —, ainda temos que trabalhar *pari passu* com essa questão de que existe a discriminação no mercado só pela questão de gênero, de não haver contratação, de não se abrirem os espaços.

Então, como que eu vou realmente ter um futebol feminino de destaque, se eu não invisto também nas categorias de base? Vemos esse investimento no Estados Unidos, onde o futebol feminino é muito forte. Lá existem clubes e, desde a vida escolar, as meninas jogam futebol. Aqui no Brasil é algo que só existe para meninos. É como se aquele local só pudesse ser ocupado por homens, e os grandes clubes só tratam do futebol masculino. Então, eu acho que, além das alterações legislativas, tem que haver mudanças e investimentos, no sentido de fazer com que as mulheres tenham igual direito de ocupar esses espaços, seja no futebol, seja no vôlei, seja no remo, ou em qualquer espaço.

O fato é que, passados alguns anos, queremos ver vencedores, queremos realmente que o esporte cumpra sua função social também. Porém, se você não der o espaço, a mulher nunca vai poder se destacar, ela nunca vai ter um patrocínio como o Neymar, porque ela nunca vai ser uma vitoriosa.

Então, essas questões têm que ser trabalhadas também, juntamente com todas essas... E aí eu acho que esse problema não é só dos Poderes públicos constituídos. Essa é uma questão da sociedade mesmo, de entender que o espaço da mulher é onde ela quiser. Ela pode ocupar todos os espaços, mas tem que haver o investimento.

O professor falou do badminton. Até o ano passado, na época das Olimpíadas, curiosamente, eu vi uma dupla de meninas que estava concorrendo a uma vaga nas Olimpíadas. Eu nem sabia que havia badminton, mas existia um programa realizado numa comunidade do Rio de Janeiro, e elas se destacaram absurdamente. Elas nunca tinham visto, nem sabiam o que era badminton. Mas quando surgiu essa oportunidade lá na comunidade, disseram: “*Você pode jogar badminton ou um outro esporte*”. Não



lembro qual era. Elas foram às Olimpíadas — são irmãs — e se destacaram absurdamente. Não consigo lembrar o nome delas.

Isso significa que temos pessoas extremamente capazes — mulheres e homens obviamente —, mas precisamos desse incentivo da política pública e da conscientização da sociedade como um todo sobre que mulheres e homens têm os mesmos direitos.

Obrigada

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ezequiel Teixeira) - A outra pergunta foi dirigida ao Prof. Leonardo e à Fernanda. Quem gostaria de começar?

**O SR. LEONARDO RABELO DE MATOS SILVA** - Eu só queria que se desmembrasse a primeira pergunta da segunda, para focarmos nela, porque as temáticas se...

**O SR. CÁSSIO RODRIGUES** - Eu havia perguntado se você visualiza alguma ilegalidade, ou como poderíamos equiparar essa distorção salarial, considerando que se trata de modalidades esportivas masculinas que têm um atrativo econômico muito superior às femininas. E aí pergunto como equilibrar, conjugar e manter a isonomia, uma vez que existe esse aspecto econômico que pesa muito.

**O SR. LEONARDO RABELO DE MATOS SILVA** - Eu vou começar citando um case interessante. Uns 10 anos atrás perguntaram ao presidente do UFC, Dana White, quando as mulheres iriam lutar no UFC. Ele respondeu taxativa e peremptoriamente: "*Nunca*". Alguns anos se passaram, ele foi descobrindo o potencial desse mercado, e já existem três ou quatro categorias.

A desculpa clássica de todos eles é: "*Não conseguimos captar com publicidade no esporte feminino a mesma coisa que captamos no esporte masculino*". Isso fala muito sobre a questão da publicidade e não sobre a qualidade do esporte, não sobre a qualidade competitiva dos atletas. Isso fala sobre machismo na sociedade, isso fala sobre não se saber trabalhar a publicidade disso — agora, não fala sobre qualidade atlética de ninguém.

Nas Olimpíadas eu assisti ao badminton. Eu fui assistir ao badminton com meus filhos — eu estava muito curioso para saber como é que funcionava aquilo. E é interessantíssimo mesmo. E é lá no Rio que existe o polo do professor. Só havia gente dele nas Olimpíadas — se não me engano, era Mato Alto, em Jacarepaguá.



A atratividade tem muito a ver com *marketing mas*, por exemplo, em vez de se valorizar o potencial atlético das pessoas... A sociedade tem uma lógica tão machista que pensa em criar uma liga de futebol americano de *lingerie*. Em vez de valorizar o potencial atlético das pessoas, o competitivo das pessoas, ela apela para o mais fácil, para o lugar comum, para aquilo que, se de repente vende... Mas é uma coisa tão patética que nem vender vende. É tão exagerado, tão ridículo! Eu não sei como tiveram essa ideia e a colocaram em prática. Já deu errado, porque não tem como funcionar um negócio desse, não há mais esse momento.

O momento é de se valorizarem talentos, e talentos se constroem no dia a dia do atleta. Rigorosamente, não faz diferença se é cromossomo XX ou cromossomo XY. As mulheres vão competir com as mulheres, e a melhor vai ganhar; os homens vão competir com os homens, e o melhor vai ganhar. E o esporte desenvolvido tem uma estética diferente, tem uma rítmica diferente, e os dois são lindos, para quem gosta de cada um deles.

Eu sou um sujeito particularmente diferente porque não gosto, por exemplo, de futebol. De todos, eu acho o esporte mais chato. Assisto a ele, mas não me atrai. Quando começamos a entender a lógica...

Eu fui atleta há muitos anos. Eu me encontrei com um amigo do meu time infanto-juvenil, de 30 anos atrás, neste final de semana, e dissemos que nós jogávamos há 40 quilos, nós resolvemos contar o nosso tempo em quilos, porque o tempo passou.

Nós vemos o quanto o esporte pode contribuir com a evolução e com a formação dos meninos e das meninas ou de todo mundo que se dispuser a praticar, quanto isso é salutar, quanto isso é bom para a formação moral, quanto é bom para se treinar, para se acreditar numa equipe. Um remador precisa da sintonia, da sincronia e da simbiose com aquele outro companheiro dele, senão não vai. Confiar no companheiro, confiar na equipe, seguir o seu técnico, hierarquia, confiar nele mesmo, desafiar a ele mesmo todo dia são coisas importantes. Uma vez eu perguntei para um amigo meu: "*Você já é o melhor, o que você quer?*" E ele falou: "*Eu quero ser melhor do que eu!*" Esse desafio é que fez com que o ser humano deixasse de ser um Neandertal para ser um *Homo sapiens*. Ele está sempre se desafiando. Ele diz: "*Eu não estou satisfeito. Eu quero mais, quero mais, quero mais!*" E, a partir do momento



que se entender a beleza, a estética e reconhecer o valor dessas atletas tanto quanto se...

O problema, na verdade... A nossa discussão é de igualdade, mas esses esportes considerados não profissionais, tirando alguns de muito destaque, de altos salários como o vôlei, como eventualmente o basquete, e aí vai descendo, o handebol, os esportes olímpicos ficam relegados a um outro plano. Dificilmente eles vão viver se não houver patrocínio. E, se as empresas entenderem que aquela imagem é boa para seus produtos, a discussão passa a ser: como se aproveitar esse potencial. Na época das Olimpíadas, não faltou dinheiro para ninguém, todo mundo tinha patrocínio, todo mundo tinha patrocínio. Agora, se não há uma proteção legal...

A Juliana Veloso teve o seguro saúde dela, sim, cancelado. Não foi bem no dia, mas foi um pouquinho antes, segundo ela contou, por quê? Porque havia uma cota e disseram: *“Juliana não está treinando. Dá isso para outra.” “Mas ela está grávida!” “Dá para outra!”* Não são crianças de pré-mirim que ganham cachorro-quente no final do jogo, são pessoas que projetam o nome do Brasil no evento mais importante do mundo, que são as Olimpíadas.

É engraçado: quando uma pessoa ganha uma medalha... Rafaela Silva, a primeira medalha das Olimpíadas, nossa, parecia que o mundo inteiro era da Rafaela! O que aquela menina sofreu para chegar ali ninguém lembra, mas, naquele momento, todo mundo queria patrocinar.

O Exército faz um programa de incentivo interessante também, que dá uma patente, faz uns contratos... É esse tipo de incentivo que é necessário, eles só querem exercer o trabalho deles. E o Brasil ganha de presente, com o trabalho deles, a projeção no cenário mundial. Como não ser agradecido a essas pessoas, a essas mulheres e a esses homens? É preciso ser agradecido, é preciso reconhecer e é preciso valorizar!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ezequiel Teixeira) - Só para ajudar no comentário do Professor, digo que não somente o Exército, mas as Forças Armadas fazem um trabalho excelente. Das 19 medalhas olímpicas que nós tivemos, 13 medalhas olímpicas foram conquistadas por atletas formadas pelas Forças Armadas. Eu mesmo estive fazendo algumas fiscalizações do legado olímpico, no Rio de Janeiro, e eu fui convidado a ir ao CEFAN — Centro de Educação Física Almirante



Adalberto Nunes. E eu fiquei impressionado pelo trabalho que a Marinha faz nessa área olímpica e com adolescentes também.

O esporte, como V.Sa. falou, promove uma inclusão social, disciplina, sobretudo, disciplina a uma submissão. É algo tremendo que o brasileiro precisa descobrir, traz uma essência muito boa para nós brasileiros. Na realidade, nós deveríamos incorporar mais esse espírito no nosso seio, na nossa pátria, porque é de vital importância.

Lamento que outras mulheres — principalmente as mulheres que fizeram a denúncia sobre o problema dessa indiferença contra as mulheres no esporte — não estejam aqui hoje, num evento provocado para ajudá-las, para incentivá-las. Lamento profundamente porque eu creio que isso seria muito bom. Todo o Brasil está olhando para nós neste momento, todo o Brasil está vendo o que está acontecendo. Todo o Brasil está...

Inclusive, nós temos perguntas de pessoas de todo o Brasil. Eu vou selecionar algumas. Mas antes eu vou passar a palavra para a Fernanda para que ela possa responder. E, logo depois, eu vou passar para essas perguntas que eu tenho aqui, já começando de alguns lugares do Brasil.

Tem a palavra a Sra. Fernanda.

**A SRA. FERNANDA NUNES LEAL FERREIRA** - Para responder a V.Exa., digo que o problema não é que os homens ganham mais patrocínio porque eles são mais projetados. Não! O problema começa antes, começa pelo que já falamos aqui na mesa. O esporte e cargos altos no mercado de trabalho, em geral, não são lugares receptivos às mulheres. Por exemplo, dentro do esporte, nós não vemos técnicas mulheres, não vemos gestoras mulheres. São muito poucas.

Há pouco tempo... eu tenho problemas recorrentes com situações de machismos no dia a dia. O remo é um esporte tipicamente masculino, há muitos homens. E eu já me considero uma feminista. Nosso olhar fica muito apurado para perceber quando estamos realmente vivendo uma questão de gênero — quando não é uma coisa pessoal, é uma coisa pelo gênero. De fato, fato eu ocupo um lugar que não era para eu ocupar. Ainda mais do que isso. Eu estou sempre debatendo a temática. Então, as pessoas já se sentem, de alguma forma, desafiadas, acuadas.



Uma vez eu li um artigo de uma mestra de Antropologia em que ela falava que o esporte é um lugar, desde o início dos Jogos Olímpicos, quando ele começou realmente, para mostrar virilidade, potência, força, e nenhuma dessas características é atrelada às mulheres. Então, as pessoas têm essa dificuldade de reconhecer, de ver uma mulher musculosa e falar: *“nossa, ela é forte!”*, ver isso como uma coisa bacana, não estética. Mas ela é potente, ela é veloz, ela é habilidosa.

Toda vez que você vê às vezes uma grande atleta na capa de uma revista, você vê se ela está com celulite ou não, se ela está bonita ou não. E se você colocar o Neymar numa capa de revista, *“o Neymar é habilidosíssimo, é veloz, é maravilhoso”*. Então, entra muito mais para o talento esportivo, como o professor falou, do que pelo que a gente está acostumada a ouvir das mulheres que está muito mais ligado à questão estética.

Então, você vê várias vezes várias atletas tendo que fazer propagandas ou aceitar patrocínios sempre através de uma sexualização ou sensualização para atrair recursos. Eu ouvi isso no período das Olimpíadas e eu sei que eu não era nem de perto uma das atletas mais projetadas. E eu ouvi: *“agora você vai ter que fazer fotos sensuais no Instagram”*. Eu falei: *“gente, não dá. Não vou fazer. Se é para isso o patrocínio, eu não vou fazer”*.

Na verdade, as pessoas não estão acostumadas a gostar do esporte feminino ou aceitar que o esporte feminino é tão legal quanto o masculino. Então, a questão do patrocínio começa lá embaixo. Muitas vezes, em grupos de treino, o que o treinador passa para a gente é *“pessoal, amanhã o treino é tal hora e não treinem como meninas”*. Mas, espera aí, como é que é treinar como meninas? Eu treino muito mais do que vários homens. Eu te dou uma lista. Porque a gente sabe que as mulheres estão sempre achando que não estão tão bem na fita, e os homens achando que estão melhores do que eles realmente estão. Então, a gente vê isso no dia a dia de treinamento.

Há pouco tempo eu passei por um campo de treinamento de um francês que veio ao Brasil. Ele falou assim: *“as mulheres daqui desse clube são melhores do que os homens, são as únicas que sabem treinar”*. No entanto, você tem todas as diferenças, enfim.



Também há a questão dos patrocínios externos que, com certeza, vem desse problema de que *“mulher não faz esporte, mulher não sua, mulher não fica descabelada, mulher não fica musculosa”*.

Eu tenho uma tendência a ficar musculosa. Cansei de escutar várias coisas ligadas até à minha opção sexual porque eu sou musculosa. Isso não tem nada a ver com o modo como meu esporte acabou delineando meu corpo. Eu gosto de fazer meu esporte. Beleza.

Então, existem os patrocínios e existe também o que o próprio clube paga. A gente vê muita diferença no próprio clube. O que a gente funciona para o clube é a mesma coisa que um homem funciona para o clube. Então, eu acho que responde um pouco o que você estava falando aí.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ezequiel Teixeira) - Pode, sim.

**A SRA. LUDMILA REIS BRITO LOPES** - Só quero complementar o que o professor e a Fernanda falaram.

Toda vez que a gente for tratar de uma temática de promoção de igualdade, a gente não pode pegar a realidade do jeito que está hoje. Porque na verdade a realidade do jeito que está posta já foi criada a partir justamente dessa distorção, dessa discriminação anterior. Então, é por isso que não podemos falar, por exemplo, neste momento, que o Neymar vai receber um patrocínio tal. É ok que ele receba isso e a outra mulher receba tal? A gente não pode parametrizar ao pensar nossa discussão aqui. Temos de pensar que temos de acabar com essa causa, porque isso é resultado.

Então, a gente tem é de fomentar o trabalho, a conscientização e fazer a promoção da igualdade do início, porque uma Honda da vida que hoje tem um mega patrocínio, no UFC, e todo mundo gosta de ver teve uma oportunidade de aparecer ali. Agora, se a gente não dá e trata só do resultado, a gente não vai realmente atacar as causas da discriminação. É como a questão do negro ou da pessoa com deficiência. Vão partir do pressuposto de que no negro não tem uma escolaridade, mas ele nunca a terá se a gente não fomenta isso, se ele não tem acesso a mercado de trabalho e, por isso, você continua num círculo virtuoso. Assim como se diz que a pessoa com deficiência não vai querer trabalhar porque ela não vai querer abrir mão



do seguro que ela recebe do Governo Federal. Quem disse? E por que a gente não profissionaliza antes.

Então, o que fazemos é tratar da questão no resultado, que já é discriminatório, quando temos de tratar dessa questão anteriormente, para evitar que isso aconteça, fazendo realmente uma promoção de igualdade real para toda a sociedade brasileira.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ezequiel Teixeira) - Eu pergunto à Mesa se nós evoluímos ou involuímos. Estamos caminhando, estamos estagnados ou retrocedemos? Como é que estamos nisso? Alguém pode me responder?

**O SR. LEONARDO RABELO DE MATOS SILVA** - Acho que melhora existe. Talvez não seja o que se esperava dela, a essa altura no século XXI. No primeiro quartel do século XXI, ainda discutimos determinadas coisas que já deveriam estar ultrapassadas há muito tempo, mas a Constituição de 1988 criou um arcabouço de igualdade, o princípio de igualdade do art. 5º e pequenas coisas.

Eu vou dar um exemplo de uma coisa muito pessoal. Não é o que se deve fazer em público, mas vou dar um exemplo do que aconteceu comigo ontem. Eu tenho um filho de dois anos e meio e ele disse: *“Papai, eu quero ver o desenho da princesa corajosa”*. Primeiro, eu não conhecia o desenho. Aí fiquei pensando: eles fizeram um desenho chamado princesa corajosa. Então, princesa não é corajosa. Eles têm de chama-la de corajosa para mostrar que ela corajosa. Acho que esses são pequenas coisas que vão acontecendo, e as pessoas vão tornando natural.

Há 30 anos, eu não tinha notícia de família que se configurasse com uma mãe chefe de família que trabalhasse e um pai que não trabalhasse. Essa figura já existe hoje: o pai é responsável pelas crianças, pela escola. É exceção? Não sei se tanto. As mulheres têm tantas habilidades e vêm ocupando um espaço no mercado de trabalho tão significativo — o mercado de trabalho hoje não é simples —, que isso não será incomum, nem agora, nem nos próximos anos, um pai desempregado e uma mãe empregada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ezequiel Teixeira) - Então, a sua resposta já diz que evoluímos, porque se a mulher já está competindo com o homem.

Não, eu acho que evoluímos. Não tanto quanto eu gostaria.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ezequiel Teixeira) - A mulher já está competindo com o homem, e o homem já passou a tratar dos filhos, e a mulher trabalha.

**O SR. LEONARDO RABELO DE MATOS SILVA** - Eu acho que sim, Deputado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ezequiel Teixeira) - Então, o espaço está se abrindo bastante para as mulheres.

**O SR. LEONARDO RABELO DE MATOS SILVA** - Por mérito. No braço, foi arrancado, não foi dado não. A capacidade de multitarefa da mulher que para os homens é muito mais complicada. Eu até brinco com os alunos dizendo que se um homem estiver assistindo um jogo no domingo e perguntarmos que dia é hoje, ele vai dizer espera aí, espera aí, que eu estou assistindo o jogo. Ele não consegue dizer que é domingo e voltar a assistir o jogo, porque são duas coisas. O homem faz muito bem uma coisa de cada vez, e a mulher faz muitas coisas.

Num mercado altamente competitivo, multitarefa, as mulheres conseguem ocupar cargos e fazer coisas que os homens não conseguem. Você precisa de 3, 4 horas para fazer o que uma mulher faz, porque ela faz muita coisa ao mesmo tempo. Eu acho que essa nova configuração vai trazer para os próximos anos — nós estávamos falando num futuro de 10 anos, 15 anos — essa figura do dono de casa que já existe, mas menos, como uma coisa natural, institucionalizada e possível, porque o mercado de trabalho não aumenta na quantidade da demanda por ele. Então, para alguém vai sobrar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ezequiel Teixeira) - Eu estive vendo uma reportagem, abrindo um parêntese aqui, sobre mulheres executivas. E eu fiquei abismado com as respostas das mulheres executivas. Quando a reportagem evoluía e o entrevistador perguntava qual era o maior desejo dessa mulher executiva, ela respondia que era voltar para casa e cuidar dos seus filhos e fazer suas tarefas como mulher. E eu fiquei ah...

Depois de uma reportagem enorme, numa grande emissora, as mulheres lá na frente — e mulheres que arrebatavam, que despontavam no mundo empresarial —, no final de tudo, o repórter pergunta o que elas gostariam que acontecessem, além do que ela conquistou e elas diziam: *“Eu gostaria de voltar para minha casa e cuidar*



*dos meus filhos e fazer minha parte de mulher*". Parece que elas estavam dizendo: *"Que meu marido não fez"*.

**O SR. LEONARDO RABELO DE MATOS SILVA** - Talvez o homem não saiba fazer.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ezequiel Teixeira) - Não quero nem botar palavras na boca dessas executivas, mas a impressão que eu tinha era essa. Como o professor sabiamente falou, as mulheres não conseguiram isso de graça, mas com sua habilidade. Elas disseram: já que não fizeram, eu vou fazer, eu tenho habilidade para fazer. Deram-se bem, foram em frente, tornaram-se grandes executivas e pegaram empresas do nada e multiplicaram as empresas. Depois, no final de tudo, elas viram que gostariam de voltar verdadeiramente às suas origens.

Esse foi um parâmetro que eu fiz. Creio que as mulheres têm de ter muitas oportunidades, oportunidades em todas as áreas. Ainda mais porque são altamente habilidosas e competentes.

Carmem Santiago Parrulha enviou-nos a seguinte pergunta: *"Boa tarde, Fernanda; boa tarde, Ludmila, mulheres da Mesa, vocês acham que será possível mudar a situação de opressão das mulheres no esporte, sem que essa mudança se der em outros lugares? Para as mulheres entrarem os homens têm de sair?"* É a pergunta de uma expectadora que está em alguma parte do Brasil vendo nosso debate, nossa audiência pública, neste momento.

**A SRA. FERNANDA NUNES LEAL FERREIRA** - Bom, primeiro, eu quero comentar o parêntese de V.Exa. Porque essa mulher, provavelmente, quer voltar para casa porque a balança lhe é desfavorável.

Essa coisa de ser multitarefa nos ajuda, mas nos atrapalha também, porque acreditam que a gente consegue dar conta de tudo. E no final, o que vemos são mulheres sobrecarregadas, que não estão nem conseguindo dar conta da profissão, nem dar conta dos filhos. Você sempre tem de fazer uma opção *hardcore*: ou ser mãe 100%. Eu morreria se me colocassem em casa 24 horas com crianças, eu ia ficar maluca. Se você me colocar só para treinar, sem ver o meu filho, eu também vou ficar maluca.



Eu acredito que elas estão sofrendo pela falta de equilíbrio entre as duas vidas e que elas jamais abririam mão da profissão delas para serem só mães e cuidarem da casa. Então, esse é só um parêntese.

Primeiro, eu não acho que os homens tenham que sair para nós entrarmos. Não acho que seja assim. Eu acho que nós temos que entrar, e eu acho que nós temos que conseguir entrar nos cargos mais altos. Por exemplo, no meu caso, se eu tiver uma técnica mulher, e que sabe o que é ser mulher, e que reconheça todas as dificuldades históricas da mulher, eu acredito que nós já vamos ter um tratamento diferente.

Se eu tivesse uma presidente de clube mulher ou uma vice-presidente, junto com um homem — não precisa tirar o homem de lá —, se eu tivesse uma equipe com várias mulheres integradas ali, que poderiam ajudar nas decisões do clube, eu acredito que já seria diferente.

E eu acho que a mudança tem que ser fora também. Não adianta nós pensarmos... Uma coisa que eu comentei no início foi a diferença salarial de mercado de trabalho, que existe no mercado de trabalho geral. Mas eu quis dizer que, no esporte, esse *gap* aumenta. Então, são quase 50% a menos, enquanto que, no mercado de trabalho geral, são 25% a menos.

Eu acredito que, melhorando fora, nós vamos melhorar dentro. No esporte, entretanto, nós ainda temos uma diferença maior, há uma dificuldade maior.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ezequiel Teixeira) - Sra. Ludmila, a pergunta também é para V.Sa.

**A SRA. LUDMILA REIS BRITO LOPES** - Eu realmente acho que homem não tem que sair de nada. Como a Sra. Fernanda disse, a mulher que tem que entrar. E, só para complementar o que o senhor disse da executiva, é até interessante que ela mesma tenha falado: *“Ah, eu vou voltar para a minha função”*. Aí se vê que está claro esse estereótipo de que o lugar da mulher é em casa, e isso é equivocado.

Quando ela fala isso, é realmente muito triste, ainda mais para alguém que conseguiu alcançar um cargo desses. E ela fala assim: *“Não, porque eu queria estar em casa cuidando dos meus filhos e fazendo as minhas coisas de mulher”*, como se o lugar da mulher fosse aquele e ela estivesse ocupando um lugar que não deveria.



São esses preconceitos, esses estereótipos que nós temos que aqui debater, porque, na verdade, o lugar da mulher é qualquer lugar. Agora, realmente a mulher tem que avançar e tem que avançar muito. Eu acho que um ambiente onde há homens e mulheres e a maior diversidade possível, é um ambiente que vai florescer muito mais porque justamente as pessoas são diferentes, as habilidades são diferentes. Então, é importante essa diversidade.

Se você quiser realmente ter uma sociedade plural, que vá realmente pegar o melhor e trabalhar com os seus cidadãos na sua máxima potencialidade, realmente fomentando um país melhor, nós precisaremos ocupar todos esses espaços, seja não só o das mulheres, principalmente porque nós temos essa dívida histórica, mas também das pessoas com deficiência, do negro e da comunidade LGBT, enfim, de todos esses grupos que representam a minoria na população.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ezequiel Teixeira) - É isso aí. O meu parêntese foi interessante, e os senhores ficaram também boquiabertos com essa situação. Depois da reportagem com mulheres alavancando grandes marcas, tendo tremendo sucesso na vida empresarial, no final, quando o repórter ia concluir, elas soltam essa resposta. Cabe a reflexão: será que justamente é questão de natureza ou questão de imposição?

O Sr. Gilson Vasconcelos, analista legislativo e cientista político de Brasília, Distrito Federal, diz assim: *“A campanha 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres é uma mobilização anual praticada simultaneamente por diversos atores da sociedade civil e poder público engajados nesse enfrentamento. As mulheres esportistas também sofrem violência de gênero em suas atividades profissionais?”*

Eu acho a Fernanda pode responder.

**A SRA. FERNANDA NUNES LEAL FERREIRA** - Acredito que sim. Há pouco tempo, uma atleta denunciou o treinador. Para mim, a violência é moral, constante, e que é muito naturalizada

Eu acredito que sim, bastante.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ezequiel Teixeira) - Está respondido.

Patrícia Beloni, jornalista, formada pela USP, amante dos esportes, da natureza e da espiritualidade.



*Ainda se vê o esporte como um não-lugar para a mulher. Falta incentivo desde jovem na escola. A menina cresce achando que ela tem que brincar de bonecas porque jogar bola ainda é visto como 'coisa de homem', e ela não quer ser homem. Existem políticas públicas de educação tentando mudar isso?*

Quem na Mesa gostaria de responder? Professor?

**A SRA. FERNANDA NUNES LEAL FERREIRA** - Outra coisa que eu queria complementar, nós estávamos falando do apoio das Forças Armadas, este ano eu tive a bela oportunidade de me tornar Terceiro Sargento da Marinha e pude, dentro do CEFAN, ficar abismada com a estrutura deles e, em segundo lugar, ficar muito feliz principalmente com o projeto deles, no esporte de base.

Eles pegam crianças e adolescentes das comunidades ao redor e fazem um programa...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ezequiel Teixeira) - Principalmente de comunidades. É impressionante o trabalho que eles fazem, muito bom!

**A SRA. FERNANDA NUNES LEAL FERREIRA** - Após as Olimpíadas fui lá, dei uma palestra, conheci as crianças porque eles fizeram um convênio com o Flamengo e levaram as crianças para lá.

Esse programa se chama Segundo Tempo. As crianças passam a manhã ou à tarde na escola e no outro período vão para o CEFAN e, além de terem reforço escolar, das matérias — são supervisionados para ver como estão na escola —, têm a oportunidade de vivenciar todas as modalidades. Meninos e meninas, não há diferenciação, eles podem selecionar o esporte que querem praticar. Há opção de remo, levantamento de peso, judô, natação, futebol, atletismo. Para mim, isso já é uma política. Mas eu acho que sim, ainda precisamos de mais do que isso.

Há pouco tempo, tive oportunidade de participar de um projeto da BBC de Londres em que eles selecionaram 100 mulheres inspiradoras ao redor do mundo e montaram times para discutir pontos sobre a igualdade de gênero. O meu time, aqui no Brasil, tratou de igualdade de gênero no esporte. Nós passamos uma semana simplesmente debatendo soluções.



Uma das conclusões a que chegamos é que o ponto importante seria, primeiro, conscientizar os pais, as creches e as escolas para se poder proporcionar às meninas, principalmente, a oportunidade de elas entrarem em contato com o esporte desde cedo, brincarem com bola e desenvolverem habilidades motoras desde cedo; poderem escolher o esporte que querem fazer, se movimentar, e não ficar simplesmente em casa, paradas, brincando de bonecas. Não é que elas vão deixar de fazer isso, mas elas precisam conhecer o próprio corpo desde cedo, desenvolver as próprias habilidades.

Nós acreditamos nisso. Que tal um pai, numa festa da amiga do filho, uma menina, dar uma bola, uma bicicleta, um patinete? Por que não proporcionar o esporte àquela criança? Acreditamos que esse seja um ponto a ser visto.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ezequiel Teixeira) - Eu creio que os pais têm uma participação fundamental. Claro que cada pai vai ver uma habilidade do seu filho, onde estará o seu maior potencial.

Eu lido com muita gente, e tenho um amigo cujo filho desenha muito bem, brincando. Ele pegou personagens da Disney antigos e os desenhou como se eles tivessem envelhecido e como estariam hoje. Ele fez sucesso mundial. Em 72 horas, o menino ficou conhecido mundialmente, porque a imprensa internacional descobriu o trabalho dele na Internet. Todos quiseram interagir com ele pela habilidade que ele teve.

Os pais são uma peça fundamental. Logicamente, não vou dar uma bola para uma filha que verdadeiramente não quer saber de bola, mas se ela tiver habilidade na esgrima, numa arte, na outra, vou estimulá-la. Acho que os pais têm que dar muito mais atenção aos seus filhos e descobrir o potencial e desenvolvê-lo.

Pois não, professor Leonardo.

**O SR. LEONARDO RABELO DE MATOS SILVA** - Pegando o gancho da sua fala, acho que é muito importante que os pais percebam o potencial e é muito importante também que respeitem o filho. Vou dar um exemplo da minha casa: tenho uma filha, que vai fazer 15 anos, e tem 1,33m. É uma jogadora de vôlei desenhada e desde sempre eu falei “filha, vou jogar esta bola, você pega com a mão e faz assim” e ela dizia “vai quebrar minha unha”.

Não adianta. Ela tem tudo



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ezequiel Teixeira) - Pode ser uma modelo (riso.).

**O SR. LEONARDO RABELO DE MATOS SILVA** - Se não vier de dentro, não tem como.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ezequiel Teixeira) - É isso aí. E nada melhor do que o pai e a mãe terem essa habilidade de conhecer o filho e pensar “meu filho tem habilidade para isso, vou incentivá-lo e ajuda-lo no melhor do seu potencial”.

Pois não, Lindbergh. Pode usar a palavra.

**O SR. LINDBERG JÚNIOR** - Deputado, dê-me a liberdade de formular um raciocínio para a Mesa. Sou Lindberg Júnior, Secretário Executivo da Comissão e, enquanto nossa audiência se desenvolvia, nós resgatamos uma audiência que foi feita 2 anos atrás na Comissão, sobre futebol feminino.

Uma das citações foi a respeito do chamado “Title IX”, dos Estados Unidos, não sei se vocês da Mesa têm conhecimento sobre essa legislação. *Title IX* significa Título IX, e foi uma legislação de igualdade de gênero aplicada nos Estados Unidos em 1972, e que teve um grande impacto esportivo. Acabamos de resgatar esses pontos. Queria só trazer essa discussão novamente para ver se, de repente, no nosso País nós precisamos de uma legislação desse tipo para que esses conceitos se firmem na população, ou se isso são apenas valores culturais que vão, ao longo do tempo, sendo construídos — a questão de igualdade de gênero.

Queria trazer esse trecho da legislação. Ele toca em basicamente, no que tange à questão esportiva, em três aspectos: o primeiro é o aspecto de participação. O Título IX estabelece que a instituição ofereça não esportes idênticos para homens e para mulheres, mas oportunidades iguais. Entendo que, se uma universidade americana, por exemplo, oferece um programa de futebol americano, não vai necessariamente, oferecê-lo, na modalidade feminina, pela questão da brutalidade do esporte, mas vai oferecer outro programa de futebol ou de outra modalidade. Nesse sentido.

Voltando à questão, não se trata de esportes idênticos, mas sim de igualdade de oportunidades para todos. O segundo ponto é sobre a questão de bolsas de estudos. As bolsas de estudos serão oferecidas de acordo com a participação proporcional dos alunos. O outro ponto são outros benefícios em relação à questão de equipamentos, à questão de horários de treinamento, que foi um ponto em que a



Fernanda tocou, em relação a horários mais flexíveis de treinamento, questões de vestiário, questões de logística e outros pontos.

Finalizando esse raciocínio, queria perguntar à Mesa: o Brasil precisaria ter um *Title IX*, um Título IX para que pudéssemos inverter essa situação?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ezequiel Teixeira) - Posso dar um pontapé inicial para deixar, inclusive, os nossos expositores fazerem suas exposições finais, para terminarmos? Tenho que ir ao plenário votar.

É importantíssimo esse quesito que você trouxe. O projeto educacional americano e de outros países de Primeiro Mundo é totalmente diferente do nosso. Eles dão uma grande estrutura para as crianças, em todas as áreas, principalmente nas artes. Há músicos excelentes que começam pequenos. O professor vê a habilidade do garoto na música e começa a incentivá-lo. Outro vê no basquete, outro no futebol. Na realidade, se incentivarmos a criação de projetos de leis ou leis que verdadeiramente venham a criar esses modelos no Brasil, eu creio que iríamos lucrar muito, iríamos tirar muitos jovens, adolescentes, pré-adolescentes da marginalidade, teríamos uma política inclusiva formidável, teríamos uma redução enorme da bandidagem no Brasil.

Outra coisa: o potencial do brasileiro é algo fora de série. Como o brasileiro tem vocação para ser grandioso! Ele pega uma coisa do nada, com pouca estrutura e se transforma num campeão, ele se transforma num vencedor, ele se transforma verdadeiramente numa exceção.

Creio que, se houvesse um pouco mais de governabilidade, um pouco mais de gestão pública nessa área educacional, nós iríamos descobrir muito mais atletas, muito mais músicos, muito mais artistas, independentemente de serem homens ou mulheres. Nós verdadeiramente seríamos uma Nação expoente para o mundo todo, tenho certeza disso.

Agora, vou fazer o seguinte: vou começar concedendo a palavra à Dra. Ludmila, depois à Fernanda, depois ao professor Leonardo, para terminarmos. Estamos nas nossas considerações finais.

Já agradeço pela participação. Muito obrigado. Foi muito bom tê-los aqui.

Parece que está chegando mais uma pergunta, e no meio disso tudo posso lê-la para vocês.



Concedo a palavra à Dra. Ludmila.

**A SRA. LUDMILA REIS BRITO LOPES** - Eu acho que a pergunta que o Lindberg faz insere-se nesse contexto de necessidade de políticas públicas para nós tentarmos reduzir essas desigualdades e promover o esporte até como uma forma de melhoria e de redução das desigualdades e de fomento de oportunidades.

Não sei como aplicaríamos exatamente a legislação americana porque lá eles têm essa lógica de bolsas nas universidades. Por exemplo, os grandes atletas vêm de universidades, eles têm as ligas que são próprias das universidades, e não é essa a realidade que nós temos aqui...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ezequiel Teixeira) - Mas isso vem desde o ensino fundamental, não começa na universidade.

**A SRA. LUDMILA REIS BRITO LOPES** - Não, pelo contrário. Mas as escolas públicas já são todas preparadas, incentivando não só o esporte, mas as artes. Os alunos que vão se destacando ganham bolsas e participam de grandes universidades, que por sua vez têm suas próprias ligas e isso permite que eles sejam atletas de destaque.

Aqui, nós infelizmente sequer temos essa possibilidade de chegar às universidades públicas, que são ocupadas simplesmente por quem tem dinheiro e estudou a vida inteiro em colégios particulares. É bem difícil utilizar essa lógica americana.

Mas, sim, podemos utilizar outras políticas públicas de fomento ao esporte, como as que foram citados, das Forças Armadas no Brasil, essa que estabelece que, para se distribuir o Bolsa-A atleta, devem ser oferecidas oportunidades iguais para homens e para mulheres. Esse tipo de iniciativa, originária de políticas públicas, pode ser importante para reduzirmos o quadro de discriminação que existe no Brasil.

Queria agradecer pela oportunidade de estar aqui, Deputado, e dizer que este é um tema que acho que é superimportante que seja debatido agora. Acho que avançamos muito, mas ainda temos muito para avançar. Foi muito importante estar aqui e foi uma honra participar desta Mesa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ezequiel Teixeira) - Muito obrigado à Sra. Ludmila Reis Brito Lopes, Procuradora do Trabalho, que enobreceu nossa Mesa hoje.



Temos, antes de a Fernanda falar, a pergunta de Maria Alves, jornalista e Consultora Legislativa do Senado Federal: *“Quais medidas práticas podem ser adotadas para a valorização das mulheres atletas? Um caminho poderia ser a sensibilização da mídia esportiva para o assunto, visando tirar a mulher do espaço de musa ou namorada para colocá-la como atleta protagonista?”*

**A SRA. FERNANDA NUNES LEAL FERREIRA** - Respondendo ainda à pergunta dele, acho que poderíamos nos valer de alguma legislação para o esporte, mas obviamente adaptada para a nossa realidade. Para encurtar a história, nessa semana da discussão da BBC de Londres, uma das ideias que colocamos como possibilidade era de, por exemplo, nas escolas, fazer turmas mistas. Exemplo: futebol feminino junto com o masculino, com pontuação de gols da mulher ser o dobro do que é do homem — nos Estados Unidos acontece isso em jogos mistos —; a bola ter que passar pelas mulheres, ou seja, começar a misturar um pouco mais cedo. Acredito que seja proveitoso fazer algo do tipo.

Acho que o primeiro ponto em que temos que pensar para abrir espaço para as mulheres é a mídia, a forma como a mídia nos projeta. Ela consegue plantar na cabeça das pessoas o que eles querem. Eles fazer curso de manipulação (*riso.*). Por que não usar esse tipo de manipulação para o bem, para promover a igualdade? Eu acho que a mídia tinha que realmente botar a mão nessa situação.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ezequiel Teixeira) - Obrigado, Fernanda, atleta olímpica do remo, que também enobreceu nosso trabalho aqui. Obrigado por ter aceito nosso convite.

Concedo a palavra ao professor Leonardo para suas considerações finais. É um prazer muito grande tê-lo conosco.

**O SR. LEONARDO RABELO DE MATOS SILVA** - Respondendo o Lindberg, o (*ininteligível.*) nos Estados Unidos criou algumas — salvo engano, criou a figura do softball, que é o baseball para mulheres, em que o arremesso não é por cima, é por baixo, enfim, é tudo adaptado.

O modelo americano de organização esportiva tem algumas particularidades. A base não é os clubes, não existem clubes nos Estados Unidos. Existem escolas. Se formos colocar na ponta do lápis o que tem mais — clubes ou escolas — no Brasil,



vamos ver que são escolas. Como a base deles é a escola, eles têm uma quantidade de formação muito maior.

Não existe justificativa para não termos atletas em modalidades no Brasil porque o brasileiro só precisa de uma coisa: uma oportunidade. As brasileiras e os brasileiros só precisam de uma coisa: uma oportunidade.

Vou dar um exemplo: o meu professor de jiu jitsu não tinha muitos alunos e abriu um projeto social na academia, e começou a ensinar os garotos do Morro do Cantagalo, 20 anos atrás. Hoje, um deles é campeão mundial, professor em Londres, outro é campeão mundial e mais de um é professor na Suécia, e abriram filiais da academia nesses locais. Se esses meninos não tivessem tido oportunidade, onde estariam? Hoje, são referências no mundo. Pegaram a única coisa que eles precisavam, que se chama oportunidade.

Se a oportunidade for dada a qualquer criança, ela vai preferir uma carreira ou a possibilidade de uma carreira, se ela tiver vocação, estrutura física, para isso, a um caminho de alguma coisa que possa não ser boa para ela. As crianças têm capacidade de perceber o quanto aquilo vai lhes fazer bem e as possibilidades futuras.

Então, eu acho que se deve repensar a utilização da educação física desde a escola. Obviamente não é um conflito com o Conselho de Educação Física, mas aula de Educação Física não é pegar uma bola e dizer "*chuta, pessoal*". Não é isso. Você precisa despertar talentos, despertar vocações. A maioria dos professores não faz, mas alguns fazem. Isso é o que vai ser o definidor de quem vai por esse caminho ou de quem não tem vocação para esse caminho e que irá por outros, por que não?

A única questão é: precisamos apresentar possibilidades para as nossas crianças. Aos que gostam de matemática e aos que gostam de chutar bolas, aos que não gostam de chutar bolas, mas todos têm que ter oportunidades, porque os brasileiros e as brasileiras têm essa característica. Com oportunidade, com a porta aberta, ele vai passar e tudo vai melhorar.

Queria agradecer à Fernanda, à Dra. Ludmila e ao Deputado pelo convite. Foi um prazer estar aqui na audiência pública e espero ter contribuído de alguma maneira para a discussão.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ezequiel Teixeira) - Obrigado, professor.



Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e convoco os nobres pares para reunião deliberativa na próxima quarta-feira, dia 29 de novembro, às 14 horas, no plenário 4.

Está encerrada a presente reunião. Boa tarde a todos.